

INTERPELAÇÃO ORAL

Regulamentação dos preços dos produtos petrolíferos, aumento da transparência das informações sobre o preço dos combustíveis e diversificação dos produtos petrolíferos

Os combustíveis e o gás butano, entre outros produtos petrolíferos, têm implicações directas com o bem-estar da população, com o ambiente de negócios e com o desenvolvimento económico. Recentemente, devido aos conflitos geopolíticos no Médio Oriente, os preços internacionais do petróleo subiram, ultrapassando os 100 dólares americanos por barril¹. Na sequência do aumento do preço internacional do petróleo, o preço de venda a retalho dos produtos petrolíferos em Macau também aumentou, mas mesmo que o preço internacional do petróleo tenha diminuído, o preço de venda a retalho dos produtos petrolíferos em Macau não baixou.

Tomando como exemplo o gás butano, de acordo com os dados da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, em Maio de 2025, o preço de importação do gás butano em botija foi de 6,12 patacas por quilo e o preço de venda a retalho foi de 21,70 patacas; no corrente ano, o preço de importação por quilo aumentou para 8,11 patacas e o preço de venda a retalho aumentou para 24,86 patacas, ou seja, atingiu o nível mais alto. Em relação à gasolina sem chumbo para veículos,

¹ Notícias da CCTV: “Ajustamento do preço de petróleo no país, às 24 horas desta noite”, 23 de Março de 2026, <https://news.cctv.com/2026/03/23/ARTIVfhplmPScpLrhNgfqCMO260323.shtml>.

em Maio do ano passado, o preço de importação foi de 6,73 patacas por litro e o preço de venda a retalho foi de 14,39 patacas, e no período homólogo deste ano, o preço de importação foi de 9,09 patacas e o preço de venda a retalho subiu, significativamente, para 17,29 patacas². É de salientar que, no ano passado, os preços de importação do gás butano e da gasolina sem chumbo para veículos registaram quer aumentos quer reduções, mas os preços de venda a retalho praticamente só aumentaram. A sociedade tem criticado ao longo dos anos o “aumento rápido, redução lenta” e o “aumento é grande, mas a redução é pouca” dos respectivos produtos.

De facto, a Direcção dos Serviços de Economia e Desenvolvimento Tecnológico (DSEDTE) e o Conselho de Consumidores tiveram um encontro com o sector petrolífero, exortando-os a ajustarem, o mais rápido possível, os preços de venda a retalho dos produtos combustíveis em Macau, de acordo com a evolução do preço internacional do petróleo, a fim de responder às solicitações dos sectores industrial e comercial e às expectativas da sociedade³. A prática dos serviços competentes merece o nosso reconhecimento, no entanto, destaca-se a falta de um mecanismo razoável de ajustamento dos preços, o que leva as pessoas a questionar se os produtos petrolíferos de Macau são transacções de futuros. Na minha opinião, existem falhas no actual mecanismo relativo à fixação dos preços

² Direcção dos Serviços de Estatística e Censos do Governo da RAEM: “Boletim Mensal de Estatística”, Junho de 2026, página 27, https://www.dsec.gov.mo/getAttachment/536beeca-cf9f-4f01-97720c324cf9cf58/C_BME_PUB_2026_M06.aspx.

³ TDM - Teledifusão de Macau, S.A.: “Autoridades reuniram com o sector petrolífero para acompanhar os subsídios e exortar ao ajustamento dos preços do petróleo”, 23 de Junho de 2026, <https://www.tdm.com.mo/zh-hant/news-detail/1213917?isvideo=&lang=zh-hant&shortvideo=0&category=all>.

dos produtos petrolíferos, à fiscalização dos custos e à divulgação de informações, portanto, para o público é difícil avaliar se os preços dos produtos petrolíferos são razoáveis. O Governo deve aumentar a transparência do mecanismo de fixação dos preços e repor, quanto antes, o mecanismo de divulgação de informações pormenorizadas sobre os produtos petrolíferos, a fim de salvaguardar os direitos e interesses legítimos dos consumidores.

É de salientar que o mercado livre tem os seus princípios de funcionamento, por isso, o Governo não deve e nem tem condições para controlar os preços dos produtos no mercado, mas, em relação a alguns produtos de baixa substituíbilidade que estão intimamente relacionados com a vida social e o funcionamento dos sectores industrial e comercial, o Governo deve adoptar medidas adequadas para controlar os preços, a fim de garantir que estes se mantenham num nível normal e razoável. Caso contrário, não só as despesas com a vida da população vão aumentar, como também os custos de exploração de vários sectores vão aumentar, sendo depois transferidos para os consumidores, o que vai agravar os encargos da população e afectar a exploração das micro, pequenas e médias empresas e, ainda, o funcionamento e a estabilidade da sociedade. O Governo deve dar a devida atenção ao assunto.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. A Lei de protecção dos direitos e interesses do consumidor confere ao Conselho dos Consumidores a possibilidade de accionar um mecanismo de investigação e estudo quando os preços dos bens ou serviços se encontrem em

situações de oscilação acentuada ou injustificadamente elevados⁴. Tendo em conta as dúvidas da sociedade sobre os preços dos produtos petrolíferos, o Governo deve, nos termos da lei, activar o respectivo mecanismo de investigação para clarificar os litígios sobre os preços dos produtos petrolíferos. Vai fazê-lo?

2. A DSEDТ criou uma página electrónica temática sobre os preços dos produtos petrolíferos, onde o público pode consultar as variações dos preços do petróleo ao longo dos anos e comparar os preços dos mesmos produtos com as regiões vizinhas, cujas informações são ricas e têm valor de referência. Contudo, esta página temática foi, entretanto, retirada. O Governo deve voltar a divulgar as respectivas informações, com vista a aumentar a transparência dos preços do petróleo e a salvaguardar os direitos e interesses legítimos dos consumidores. Vai fazê-lo?

3. O Governo implementou, recentemente, os planos de subsídios para os preços do diesel, do gás butano e da gasolina, o que contribuiu, em certa medida, para aliviar a pressão das despesas dos sectores industrial e comercial, das micro, pequenas e médias empresas e dos residentes⁵ e ⁶. Tendo em conta que as medidas de subsídio já terminaram, mas o preço internacional do petróleo

⁴ N.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 9/2021 (Lei de protecção dos direitos e interesses do consumidor)

⁵ Portal do Governo da RAEM da RPC: “O Governo da RAEM lança ‘Plano de subsídio para preços de diesel’ para garantir o alívio das dificuldades a curto prazo, estabilização dos preços dos produtos e protecção da vida da população”, 7 de Maio de 2026, https://www.gov.mo/pt/noticias/824525/?noredirect=pt_PT.

⁶ Portal do Governo da RAEM da RPC: “O Governo da RAEM lança medidas de subsídio aos preços do GPL e da gasolina para garantir ‘o alívio das dificuldades a curto prazo em tempo oportuno e a estabilização das necessidades essenciais da população’”, 22 de Maio de 2026, https://www.gov.mo/pt/noticias/827284/?noredirect=pt_PT.

(TRADUÇÃO)

continua a oscilar, face à eficácia das medidas e a evolução dos preços dos combustíveis em Macau, o Governo vai estudar o lançamento da segunda fase do plano de subsídio e incentivar o sector a importar a gasolina sem chumbo 95, a fim de aliviar a pressão da vida quotidiana dos residentes e das micro, pequenas e médias empresas?

27 de Junho de 2026

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Lei Leong Wong